

POLÍTICA ECONÔMICA

Orçamento de 93 supera Cr\$ 1 quatrilhão

Marcílio entregou ontem ao Congresso o projeto com as contas nacionais do próximo ano e disse que não há espaço para manipulações

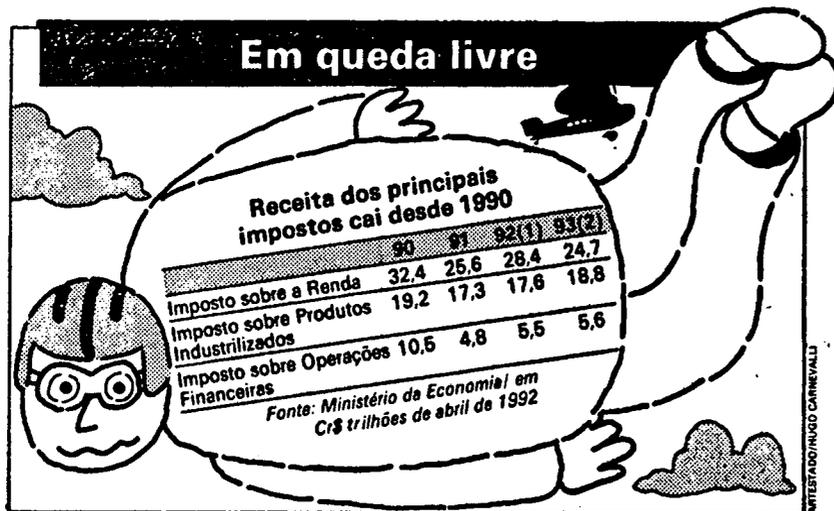
ARMANDO MENDES
e ROSA COSTA



BRASÍLIA — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, entregou ontem ao Congresso o projeto de lei do orçamento para o próximo ano. O ministro procurou demonstrar que no orçamento de 1993 não há dinheiro nem condições para se tentar manipular recursos para atender a compromissos políticos do governo. “Estou certo de que se trata do orçamento mais realista, mais transparente possível, sem supervalorização da receita nem corte nas despesas”, afirmou o ministro no gabinete do presidente do Senado, Mauro Benedites (PMDB-CE).

A inflação levou o orçamento de 93 à casa do quatrilhão. Corrigido pelo IGPM acumulado da Fundação Getúlio Vargas, o total de receitas e despesas chega a Cr\$ 1,216 quatrilhão (o valor que consta do texto, em cruzeiros de abril, é de Cr\$ 538,25 trilhões). O orçamento corresponde a US\$ 224 bilhões e leva em conta um crescimento do PIB de 3% em 1993.

As pressões e interferências sobre a Comissão Mista do Or-



çamento, encarregada, no Congresso, de discutir e votar a proposta do Executivo são difíceis de contornar, diz o ministro. O orçamento de 92, o primeiro projeto enviado na gestão de Marcílio, foi discutido em meio a denúncias de corrupção e tráfico de influência, que provocou o afastamento do relator, deputado João Alves (PFL-SE), substituído pelo atual ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza (PFL-PE). O então deputado teve de avaliar 72 mil emendas ao projeto, 123 por parlamentar, em média.

A área econômica reconhece o direito dos parlamentares de

modificar a proposta do Executivo. A prerrogativa havia sido cassada pelo regime militar. Mas os técnicos reclamam da falta de critérios nas alterações — no ano passado foram aprovadas muitas emendas que não tinham a menor condição de ser executadas. Os técnicos do Ministério da Economia criticam, particularmente, o hábito do Congresso de reestimar para cima a receita de tributos para permitir a inclusão de novas obras e serviços. A saída do Executivo tem sido bloquear boa parte das dotações — o que os técnicos chamam de contingenciar o orçamento.